

O MEDO DO LUXO

NA CHINA, AUTORIDADES CONDENAM O CONSUMO SUPÉRFLUO E OSTENTATÓRIO TEMENDO PELA “COESÃO SOCIAL” DO PAÍS: É A HISTÓRIA SE REPETINDO.

Jornais brasileiros destacaram, no último mês de junho, o cerco que o governo chinês vem impondo a consumidores e fabricantes de itens de luxo naquele país. Publicações oficiais e autoridades de diversos escalões têm condenado os anúncios publicitários que fazem uso de adjetivos como “luxuoso”, “exclusivo” e “diferenciado”, bem como criticado a construção de residências de grande porte e a proliferação de campos de golfe no país. Segundo as autoridades chinesas, o consumo de itens de luxo ameaça a “harmonia entre ricos e pobres” em um país no qual a desigualdade social crescente vem sendo alvo de inúmeros protestos (conforme matérias dos jornais Valor Econômico de 1/6/07 e Folha de S. Paulo de 3/6/07).

Mas por que o ditado “a história se repete” é apropriado para esse fato?

Porque o discurso do governo chinês não é muito diferente daquele que diversas personalidades fizeram contra o luxo ao longo da História. Demonstrações de opulência e riqueza, sob a forma de roupas e jóias sofisticadas, ou mesmo de festas e jantares grandiosos, já na Antigüidade eram alvo da atenção e do comentário de pensadores como Aristóteles, Sócrates, Platão, Sêneca e Cícero. Para os grandes filósofos gregos e romanos, o luxo constituía uma ameaça ao equilíbrio social, pois emulava o desejo de enriquecimento — motor das tentativas de ocupação de territórios próximos e, por conseqüência, das guerras. Cobiçar objetos bonitos e raros era, portanto, perigoso — a ponto de merecer desses pensadores a recomendação de que se deveria viver atendendo somente às necessidades físicas, essenciais à sobrevivência. Nada de dar vazão a caprichos e vaidades; à humanidade deveria bastar alimentar-se e proteger-se do frio para garantir uma vida satisfatória do ponto de vista moral e material.



Desnecessário dizer que a prescrição de Platão e Cia. não foi seguida. Pelo contrário: desde então, as formas de sinalizar riqueza e poder não pararam de aumentar — a ponto de, paradoxalmente, popularizarem-se. Desde 200 a.C. até por volta do século XIX, o luxo estava restrito aos integrantes da corte. Leis editadas em toda a Europa proibiam burguesia e nobreza de utilizar determinadas roupas, jóias e louças, por exemplo, por entender que os melhores produtos deveriam ser uso exclusivo dos monarcas. Hoje, o mercado de bens de luxo comporta desde pequenos utensílios pessoais até aeronaves particulares, mostrando-se tão abrangente e democrático como nunca: é possível comprar, com algumas dezenas de dólares, produtos de marcas famosas que, se não são o supra-sumo da exclusividade, ainda simbolizam para a maioria dos consumidores algo especial, incomum.

Visões moralistas como as dos filósofos da Antigüidade, ou defensoras de privilégios hereditários, como as das monarquias, persistiram ao longo de alguns séculos, mas acabaram derrotadas. E quem se encarregou de torná-las obtusas foi o capitalismo, que transformou o desejo pelo luxo não em uma questão moral, mas sim econômica: o desenvolvimento econômico só ocorre porque o ser humano quer ver seus desejos pessoais atendidos. Uma vez percebendo como limitadas suas possibilidades de prosperidade material, as pessoas perdem o estímulo por empreender, pesquisar, inovar, produzir — gerar riquezas para toda a sociedade, enfim. O capitalismo diz que se quisermos ver a vida de todos melhorar, temos que aprender a respeitar as vaidades e idiosincrasias de cada um, permitindo que os indivíduos desfrutem dos resultados de seu trabalho e talento conforme suas vontades e possibilidades financeiras.

Princípio semelhante àquele que orienta a economia chinesa de hoje: os capitalistas locais não empreendem por qualquer outro motivo que não seja a ambição material. No entanto, as advertências sobre os “perigos do luxo” refletem menos uma ingenuidade sobre as motivações humanas em uma economia de mercado do que uma compreensão política sobre o futuro do país: a continuidade da expansão econômica chinesa depende da exploração de um imenso exército de mão-de-obra barata que, até agora, viu-se privada de direitos fundamentais no que concerne a trabalho e condições de vida. O luxo, nessas circunstâncias, não pode mesmo ser visto apenas como prêmio à livre iniciativa, mas também, e principalmente, como o retrato acabado de uma desigualdade ilegítima avalizada pelo Estado.

Por isso, a preocupação das autoridades chinesas com o luxo é, a um só tempo, tão sincera quanto cínica: o cenário sócio-econômico que ora se observa no país foi montado pelo próprio Estado. Ao defender a “harmonia social”, ou mesmo temer que os chineses ricos “intoxiquem-se com o conforto” e “afundem na depravação” (segundo uma recente manifestação oficial), os governantes estão a tergiversar seu verdadeiro medo – o de que, para usar as palavras de Raymundo Faoro sobre o Brasil, “as frustrações se organizem”.

